

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1. DO OBJETO**

O presente estudo técnico preliminar (ETP) tem como objeto a análise da viabilidade para registro de preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOLÓGICOS, COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A MEDIANA DO BANCO DE PREÇOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (BPS)**, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, para atendimento às demandas dos municípios que compõem a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

### **2. INTRODUÇÃO**

Este estudo constitui a primeira etapa do planejamento da contratação, nos termos do inciso XX do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, caracterizando-se como documento constitutivo da fase de planejamento, destinado a demonstrar o interesse público envolvido, a necessidade da aquisição de medicamentos pelos municípios consorciados, a identificação da solução mais adequada, servindo de base para a elaboração do Termo de Referência, caso se conclua pela viabilidade da aquisição.

### **3. NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

O **Consórcio AMESP – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí**, no exercício das competências que lhe são atribuídas por seu estatuto e pela legislação aplicável aos consórcios públicos, tem por finalidade promover ações integradas destinadas ao atendimento das demandas e prioridades dos municípios consorciados, com vistas ao fortalecimento do desenvolvimento regional.

Nesse contexto, insere-se a realização de estudos técnicos voltados à identificação de problemas comuns, bem como a formulação e condução de procedimentos licitatórios que permitam a otimização de recursos públicos por meio da economia de escala, especialmente para a aquisição de bens e serviços essenciais à implementação e ao aprimoramento das políticas públicas de saúde.

A presente contratação encontra fundamento na necessidade de aquisição dos medicamentos tem por finalidade assegurar a adequada e contínua prestação dos serviços públicos de saúde no âmbito dos Municípios consorciados à AMESP, garantindo maior eficiência na gestão da assistência farmacêutica e a manutenção das ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde. Busca-se, ainda, assegurar o acesso tempestivo dos

municípios aos medicamentos essenciais, reduzindo a ocorrência de desabastecimentos na rede pública municipal e, por conseguinte, mitigando a judicialização da saúde.

Ressalte-se que o direito à saúde constitui garantia fundamental prevista no art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo dever do Estado — compreendidos, neste contexto, os Municípios — assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Nesse sentido, a presente contratação visa atender ao interesse público primário, evitando descontinuidade na assistência e prevenindo riscos à saúde e à vida dos usuários do sistema.

Ademais, a recomposição e o adequado provimento dos estoques de medicamentos configuram medida indispensável para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados, contribuindo para a efetividade das políticas públicas de saúde e para a humanização do atendimento prestado à população.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade, adequação e imprescindibilidade da aquisição dos itens constantes deste Termo de Referência, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e dignidade da pessoa humana.

Por fim, os valores estimados para a aquisição dos medicamentos foram apurados com base em critérios técnicos, considerando-se, dentre outros parâmetros, a população de cada Município consorciado, em consonância com as diretrizes de planejamento e dimensionamento da demanda na assistência farmacêutica, tendo como referência dados públicos disponíveis no Banco de Preços em Saúde (BPS), mantido pelo Ministério da Saúde, acessível no endereço eletrônico [https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/banco-de-precos?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/banco-de-precos?utm_source=chatgpt.com)

Recomenda-se que a contratação seja realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, na forma de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, tendo em vista que tal sistemática possibilita planejamento mais eficiente da aquisição de medicamentos, evita a formação de estoques excessivos e assegura maior economicidade e flexibilidade na gestão das aquisições destes medicamentos, especialmente no que tange à rede de distribuição através das farmácias municipais.

A licitação deverá observar integralmente as disposições **da Lei nº 14.133/2021**, bem como demais normas correlatas aplicáveis à contratação pública, às especificações técnicas e à conformidade da aquisição dos medicamentos.

#### **4. REQUISITOS LEGAIS E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

O presente processo de contratação deverá observar, em sua integralidade, os princípios e disposições constantes da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como o regime jurídico instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 10.520/2002, o Decreto Federal nº 10.024/2019, e as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, além de toda a legislação pertinente e correlata à matéria.

No tocante ao planejamento da contratação, após levantamento técnico dos itens necessários ao atendimento das demandas oriundas dos Municípios consorciados à AMESP, aliado à análise de contratações pretéritas de natureza semelhante e ao diálogo institucional com os setores demandantes, restou evidenciado que o prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento, mostra-se adequado e suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais pelos fornecedores.

Tal definição visa assegurar a ampliação da competitividade do certame, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores aptos, bem como garantir a execução contratual de forma contínua, eficiente e regular, considerando a capacidade operacional da rede pública de assistência farmacêutica, abrangendo almoxarifados, farmácias públicas, unidades de pronto atendimento e hospitais municipais.

Ressalta-se que deverão ser rigorosamente observadas todas as normas técnicas, sanitárias e legais aplicáveis ao fornecimento de medicamentos, especialmente aquelas emanadas pelos órgãos reguladores competentes. Os itens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, com observância dos padrões de qualidade, segurança e rastreabilidade exigidos, cabendo à contratada a integral responsabilidade pelo fornecimento, inclusive quanto à disponibilização de todos os insumos, recursos humanos, equipamentos e demais meios necessários à execução do objeto.

A contratada responderá, nos termos da legislação vigente, por quaisquer vícios, defeitos ou irregularidades constatadas nos produtos fornecidos, ainda que verificados após o recebimento definitivo, obrigando-se à sua imediata correção, substituição ou reparação, sem ônus adicional para a Administração.

A logística de transporte, armazenamento e entrega dos medicamentos, bem como todos os demais encargos operacionais inerentes ao fornecimento, serão de responsabilidade exclusiva da contratada, devendo ser executados em estrita conformidade com as normas técnicas e regulatórias aplicáveis.

O prazo de vigência inicial do contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada a vantagem para a Administração Pública e comprovada a adequada execução contratual, com observância dos critérios de eficiência, qualidade e regularidade no fornecimento dos itens licitados.

## **5. ENQUADRAMENTO DO OBJETO**

O objeto constante do presente estudo enquadra-se no conceito de bem comum, por possuírem características padronizadas, uma vez que são facilmente comparáveis entre si e podem ser oferecidos por diversas empresas atuantes no mercado, não necessitando de especificações minuciosas ou peculiares (Art. 1º, parágrafo único da Lei 10.520/2002).

## **6. DO QUANTITATIVO LICITADO**

Os quantitativos estimados foram definidos com base em estudos técnicos preliminares, mediante análise de contratações anteriores devidamente publicadas, bem como a partir da avaliação de séries históricas de consumo e do comportamento das demandas originárias dos entes consorciados. Consideraram-se, ainda, as projeções de variação futura da demanda, inclusive em razão do ingresso de novos municípios ao Consórcio.

Ressalta-se que tais estimativas encontram-se devidamente amparadas por disponibilidade orçamentária e financeira, aferida por meio da análise das respectivas leis orçamentárias municipais, em consonância com os princípios do planejamento, da responsabilidade fiscal e da eficiência administrativa.

## **7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor total estimado é de **R\$ 82.791.591,00 (Oitenta e Dois Milhões, Setecentos e Noventa e Um Mil, e Quinhentos e Noventa e Um Reais)**, que representa o total das aquisições dos itens.

Para a estimativa dos valores, foram adotados como parâmetros os dados constantes do Banco de Preços em Saúde (BPS), disponibilizado pelo Ministério da Saúde, instrumento oficial de referência para pesquisa de preços públicos na área da saúde. Adicionalmente, foram considerados critérios técnicos complementares, tais como a densidade demográfica dos municípios consorciados à AMESP e a média histórica de consumo anual por ente consorciado, com vistas a conferir maior precisão, fidedignidade e adequação às estimativas realizadas.

Ressalta-se que a metodologia empregada observa os princípios da economicidade, eficiência e planejamento, assegurando a compatibilidade dos valores estimados com a realidade de mercado e com as necessidades efetivas da Administração Pública.

A Tabela 1, apresenta o valor estimado para cada município consorciado bem como o valor estimado total para cada item e valor estimado total do processo licitatório.

*Tabela 1. Valor estimado para cada município consorciado à AMESP.*

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	MEDICAMENTOS GENÉRICOS DE "A" a "Z"	MEDICAMENTOS SIMILARES DE "A" a "Z"	MEDICAMENTOS ÉTICOS DE A" a "Z"	MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS DE "A" a "Z"	VALOR TOTAL ESTIMADO
ALBERTINA	R\$ 146.455,56	R\$ 146.455,56	R\$ 38.465,18	R\$ 32.794,25	<b>R\$ 364.170,55</b>
ALFENAS	R\$ 3.982.071,91	R\$ 3.982.071,91	R\$ 1.045.853,75	R\$ 891.663,37	<b>R\$ 9.901.660,94</b>
ANDRADAS	R\$ 2.056.328,91	R\$ 2.056.328,91	R\$ 540.075,46	R\$ 460.452,05	<b>R\$ 5.113.185,33</b>
BUENO BRANDÃO	R\$ 540.342,14	R\$ 540.342,14	R\$ 141.915,78	R\$ 120.993,12	<b>R\$ 1.343.593,18</b>
CACHOEIRA DE MINAS	R\$ 595.208,54	R\$ 595.208,54	R\$ 156.325,93	R\$ 133.278,77	<b>R\$ 1.480.021,78</b>
CAMANDUCAIA	R\$ 1.347.952,37	R\$ 1.347.952,37	R\$ 354.027,02	R\$ 301.832,76	<b>R\$ 3.351.764,52</b>
CAMBUÍ	R\$ 1.503.068,49	R\$ 1.503.068,49	R\$ 394.766,81	R\$ 336.566,28	<b>R\$ 3.737.470,07</b>
CAREAÇU	R\$ 341.681,25	R\$ 341.681,25	R\$ 89.739,37	R\$ 76.509,08	<b>R\$ 849.610,95</b>
CONCEIÇÃO DOS OUROS	R\$ 542.761,29	R\$ 542.761,29	R\$ 142.551,15	R\$ 121.534,81	<b>R\$ 1.349.608,54</b>
CONGONHAL	R\$ 553.695,87	R\$ 553.695,87	R\$ 145.423,01	R\$ 123.983,28	<b>R\$ 1.376.798,03</b>
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	R\$ 345.068,06	R\$ 345.068,06	R\$ 90.628,88	R\$ 77.267,45	<b>R\$ 858.032,45</b>
ESTIVA	R\$ 574.790,89	R\$ 574.790,89	R\$ 150.963,42	R\$ 128.706,86	<b>R\$ 1.429.252,06</b>
EXTREMA	R\$ 2.870.857,92	R\$ 2.870.857,92	R\$ 754.003,84	R\$ 642.840,94	<b>R\$ 7.138.560,62</b>
INCONFIDENTES	R\$ 364.663,21	R\$ 364.663,21	R\$ 95.775,36	R\$ 81.655,19	<b>R\$ 906.756,97</b>
IPIUNA	R\$ 449.140,05	R\$ 449.140,05	R\$ 117.962,41	R\$ 100.571,20	<b>R\$ 1.116.813,71</b>
JACUTINGA	R\$ 1.300.924,02	R\$ 1.300.924,02	R\$ 341.675,46	R\$ 291.302,20	<b>R\$ 3.234.825,70</b>
MONTE SIÃO	R\$ 1.214.753,77	R\$ 1.214.753,77	R\$ 319.043,66	R\$ 272.007,00	<b>R\$ 3.020.558,20</b>
OURO FINO	R\$ 1.610.430,53	R\$ 1.610.430,53	R\$ 422.964,46	R\$ 360.606,73	<b>R\$ 4.004.432,25</b>
PARAISÓPOLIS	R\$ 1.019.721,61	R\$ 1.019.721,61	R\$ 267.820,29	R\$ 228.335,51	<b>R\$ 2.535.599,02</b>
POÇO FUNDO	R\$ 813.996,79	R\$ 813.996,79	R\$ 213.788,60	R\$ 182.269,72	<b>R\$ 2.024.051,90</b>
POUSO ALEGRE	R\$ 7.844.492,49	R\$ 7.844.492,49	R\$ 2.060.282,21	R\$ 1.756.534,48	<b>R\$ 19.505.801,67</b>
SANTA RITA DO SAPUCAÍ	R\$ 2.057.103,04	R\$ 2.057.103,04	R\$ 540.278,78	R\$ 460.625,39	<b>R\$ 5.115.110,25</b>
SÃO BENTO ABADE	R\$ 234.464,36	R\$ 234.464,36	R\$ 61.579,86	R\$ 52.501,13	<b>R\$ 583.009,71</b>
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	R\$ 327.940,46	R\$ 327.940,46	R\$ 86.130,48	R\$ 73.432,25	<b>R\$ 815.443,65</b>
SENADOR JOSÉ BENTO	R\$ 103.975,22	R\$ 103.975,22	R\$ 27.308,11	R\$ 23.282,07	<b>R\$ 258.540,62</b>
SILVIANÓPOLIS	R\$ 307.135,74	R\$ 307.135,74	R\$ 80.666,31	R\$ 68.773,67	<b>R\$ 763.711,46</b>



<b>TURVOLÂNDIA</b>	R\$ 246.608,51	R\$ 246.608,51	R\$ 64.769,41	R\$ 55.220,44	<b>R\$ 613.206,87</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 33.295.633,00</b>	<b>R\$ 33.295.633,00</b>	<b>R\$ 8.744.785,00</b>	<b>R\$ 7.455.540,00</b>	<b>R\$ 82.791.591,00</b>

## **8. JUSTIFICATIVA DA UTILIZAÇÃO DO BANCO DE PREÇOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (BPS)**

A utilização do Banco de Preços em Saúde (BPS), desenvolvido pelo Ministério da Saúde, revela-se medida mais vantajosa e juridicamente segura, por se tratar de ferramenta oficial amplamente adotada pela Administração Pública para subsidiar a estimativa de preços na aquisição de bens e serviços na área da saúde.

Tal instrumento contribui para a formação de preços de referência mais fidedignos e compatíveis com o mercado, promovendo maior transparência, padronização metodológica e racionalização dos gastos públicos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

## **9. O DESCONTO ESTIMADO PARA INÍCIO DA DISPUTA**

Cumpre salientar que a presente medida decorre da observância de cautelas indispensáveis a uma gestão pública responsável e comprometida com a adequada tutela do erário, visando à obtenção da proposta mais vantajosa, especialmente no que tange à maximização dos descontos incidentes sobre os medicamentos a serem adquiridos.

Ademais, insere-se no contexto de orientação e padronização de boas práticas administrativas no âmbito dos entes públicos consorciados, notadamente os municípios integrantes, reforçando a adoção de critérios objetivos e transparentes na formação de preços.

Tal procedimento visa, ainda, mitigar riscos de sobrepreço ou superfaturamento, assegurando a conformidade dos valores contratados com os parâmetros de mercado e com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e moralidade administrativa.

## **10. NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

Após realização deste estudo verificou-se que não há necessidade de contratação de terceiros para auxiliar os responsáveis pela fiscalização e gestão do futuro contrato, bem como não há necessidade de formação profissional específica deles, porém ressalta-se que no momento da designação, é importante verificar se os atores possuem conhecimento técnico compatível e suficiente para atestar o cumprimento das exigências estabelecidas. Ressalta-se também que a qualidade dos itens fornecidos, será acompanhada e fiscalizada por servidores devidamente designados pelas secretarias requisitantes de cada Município.

## **11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS**

A presente contratação tem por objetivo assegurar o fornecimento contínuo, regular e eficiente de medicamentos aos Municípios consorciados ao Consórcio AMESP, em estrita observância aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.

Como resultados esperados, destacam-se:

- I.** Garantia de abastecimento contínuo da rede pública de saúde: assegurar a disponibilidade ininterrupta de medicamentos essenciais, evitando desabastecimentos e prejuízos à assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- II.** Padronização e racionalização das aquisições: promover a aquisição centralizada por meio do Consórcio, possibilitando ganho de escala, uniformização de especificações técnicas e maior controle sobre a qualidade dos produtos adquiridos;
- III.** Economicidade e otimização dos recursos públicos: obtenção de propostas mais vantajosas em razão do volume agregado da demanda, com redução de custos unitários e melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis;
- IV.** Eficiência logística e celeridade no atendimento das demandas municipais: garantir maior agilidade nos prazos de entrega, com fluxos logísticos organizados e compatíveis com as necessidades dos entes consorciados;
- V.** Qualidade, segurança e conformidade dos medicamentos: assegurar que os produtos fornecidos atendam integralmente às normas sanitárias vigentes, com regular registro junto à autoridade competente, garantindo eficácia terapêutica e segurança aos usuários;
- VI.** Fortalecimento da gestão consorciada da saúde: consolidar o modelo de atuação conjunta entre os Municípios, ampliando a capacidade administrativa e operacional do Consórcio AMESP;
- VII.** Redução de riscos administrativos e descontinuidade de serviços: mitigar riscos relacionados a aquisições fragmentadas, emergenciais ou descoordenadas, promovendo maior previsibilidade e planejamento das ações de saúde;

**VIII. Transparência e controle:** assegurar a rastreabilidade das aquisições, o controle dos contratos e a adequada fiscalização da execução contratual.

Dessa forma, a contratação pretendida alinha-se às diretrizes da política pública de saúde e aos objetivos institucionais do Consórcio AMESP, contribuindo para a melhoria da prestação dos serviços de saúde à população dos Municípios consorciados.

“Tabela contendo a matriz de riscos, conforme detalhado no Documento de Formalização de Demandas (DFD).”

## **12. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Os estudos técnicos preliminares, aliados às consultas institucionais realizadas junto aos municípios consorciados à AMESP, evidenciam que o fornecimento de medicamentos constitui medida essencial à efetiva implementação das ações e serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Verificou-se, ainda, que a adequada e tempestiva disponibilização desses insumos é indispensável para o atendimento contínuo e eficiente das demandas dos entes consorciados, prevenindo desabastecimentos e assegurando a regularidade dos estoques nos almoxarifados das Secretarias Municipais de Saúde.

Diante desse contexto, mostra-se tecnicamente justificada e juridicamente adequada a instauração de procedimento licitatório no âmbito do Consórcio AMESP, com vistas à contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de medicamentos, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

Pouso Alegre/MG, aos 15 de junho de 2026.

**Moacir Franco**  
**DIRETOR EXECUTIVO**  
**AMESP**